

Novo título brasileiro vence em 2018

KELLY OLIVEIRA
BRASILIA

O novo título da dívida externa que substituirá o C-Bond terá um prazo até quatro anos maior, informou ontem o Tesouro Nacional. O vencimento do C-Bond estava previsto para 2014 — com a substituição, o prazo máximo pode se estender até 2018. Na operação de troca, o governo espera ganhar uma carência de quatro anos para o pagamento do principal (valor do título) e manter somente o pagamento de juros até o fim do prazo, segundo disse uma fonte ligada à operação.

O Tesouro paga duas parcelas do principal de US\$ 300 milhões em abril e outubro, além de US\$ 240 milhões em juros, a cada semestre. O resultado da troca do C-Bond, anunciada pelo Tesouro no último dia 18, será informado hoje — já que o leilão foi realizado ontem. O novo título não terá a opção de compra antecipada. A fonte in-

formou ainda que o Tesouro Nacional poderá comprar antecipadamente os C-Bond que não forem trocados pelo novo papel da dívida externa. Esta operação pode ser anunciada até setembro, 30 dias antes da data de amortização semestral do C-Bond, em outubro.

A expectativa do governo é trocar o máximo de C-Bonds. Com isso, será possível melhorar o perfil de pagamento futuro da dívida brasileira. Atualmente, o estoque do C-Bond em poder do mercado é de US\$ 5,6 bilhões. O novo título será emitido sem cláusula de recompra antecipada. Isso significa que o governo só irá resgatá-los no vencimento.

Os C-Bonds foram emitidos pelo governo em 1994, com o objetivo de renegociar a dívida brasileira que não havia sido paga. Na década de 80, a maioria dos países emergentes, como o Brasil, decretou moratória da dívida, contraída princi-

palmente com bancos privados norte-americanos. Isso fez o governo americano propor trocar a dívida velha e não paga por uma nova dívida com prazos mais longos. Com isso, no Brasil foram emitidos nove títulos da dívida externa, em um total de US\$ 50 bilhões, sendo o C-Bond o mais negociado no mercado internacional.

Ontem, a **Fitch Ratings** deu nota “BB-” aos novos bônus brasileiros, com perspectiva estável. Os ratings soberanos do Brasil, que foram reafirmados pela Fitch na semana passada, refletem o equilíbrio entre as tendências favoráveis para o País, em termos de finanças externas, e o risco de que a crise política atrapalhe o crescimento e interfira na condução da política econômica. A agência diz não apostar no pior cenário, mas não pode deixar de considerá-lo, assim como o aumento das incertezas a respeito das eleições presidenciais do ano que vem.